



Interpelação

(Sistema educativo regional)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O sucesso do nosso desempenho no âmbito do sistema educativo é fundamental para o futuro dos nossos jovens, da nossa sociedade e da nossa Autonomia Política, que gere o sector educativo desde 1976. Temos de apresentar resultados. Temos de conseguir superar atrasos e colocar os Açores na fila da frente.

Decidi, por isso, interpelar o Governo Regional nesta matéria. Procuo respostas, procuro um espírito reformista, procuro ambição, procuro sensibilidade social, procuro capacidade de autocritica, procuro, enfim, uma estratégia governamental capaz de superar as atuais dificuldades. É este o sentido da interpelação que aqui promovo.

Esta é uma verdadeira interpelação no sentido literal e também regimental da palavra. Estou aqui para interpelar o Governo Regional. Para lhe colocar questões concretas. Não espero outra coisa que não respostas concretas e honestas.

Para já, coloco-lhe dez questões que me foram sugeridas por um grupo heterogéneo de alunos, pais, docentes e não docentes.

1. Existem um conjunto de relatórios que apontam para um alto nível de consumo de drogas duras nos Açores e para a existência de níveis de consumo elevados entre os jovens em idade escolar. Consumo que é muitas vezes realizado dentro das próprias escolas e nas suas imediações. Pergunto: A gravidade desta



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

situação foi assumida politicamente pela tutela perante as unidades orgânicas que compõem a rede escolar regional? Que orientações escritas foram transmitidas às escolas no sentido das mesmas reforçarem as medidas de prevenção, nomeadamente ao nível do incremento das sessões de esclarecimento, do incremento das atividades extracurriculares, do apoio aos alunos captados e integrados na rede de consumo, da vigilância do espaço escolar e da proteção dos alunos mais vulneráveis? O que é que falhou? Tem o Sr. Regional da Educação e Cultura relatórios internos sobre esta matéria? O que é que pode e não está a ser feito no âmbito das capacidades e meios do nosso sistema educativo?

2. Refeições escolares. As queixas em relação à má qualidade das refeições escolares estão a incrementar-se em toda a Região. O que é que se passa neste sector? Que levantamento mandou fazer? Os meios de fiscalização da tutela em relação aos refeitórios escolares são os adequados? O controlo e verificação das próprias escolas em relação aos contratos realizados com entidades privadas é eficaz? Concebe uma mudança no paradigma no âmbito da oferta de refeições escolares, regressando, por exemplo, a um modelo em as escolas readquirem capacidade para confeccionar as suas próprias refeições? Que diagnóstico faz da situação? Que respostas concretas concebeu.
3. Está em curso um debate nacional sobre o peso excessivo das mochilas dos alunos e as graves consequências que esta situação pode originar nas crianças e jovens em idade escolar. Para além desta matéria, os pais açorianos colocaram outras questões neste mesmo âmbito. Existe atenção nas nossas escolas em relação ao mobiliário, em especial em relação às cadeiras e às mesas e à sua adequação à faixa etária e à altura dos alunos? A não valorização deste assunto pode originar graves problemas de saúde aos nossos alunos. Que informação solicitou ou dispõe em relação a esta situação? Tomou algum género de medida neste



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

âmbito? Qual é a situação? Reconhece algum problema a este nível?

4. Chegam-nos cada vez mais relatos e descrições que comprovam o aumento da indisciplina nas salas de aula. Qual é a perceção do Governo Regional em relação a esta matéria? Tem dados em relação a este assunto? Que diligências desenvolveu em relação a este assunto? Que medidas pensa implementar nesta temática?
5. Manuais escolares. O Governo Regional está disponível para aplicar o programa de distribuição de manuais escolares gratuitos que o Governo PS está a aplicar a nível nacional? Qual é então o problema? Ideológico não será, uma vez que estamos a falar do mesmo partido e até, em alguns casos muito relevantes, dos mesmos dirigentes. Este é um caso – não aceitável – em que a gestão autonómica está a criar uma situação de desigualdade entre os alunos açorianos e os alunos do território continental do país. Acha esta situação aceitável?
6. O PISA 2015 – o maior e mais representativo estudo internacional jamais realizado na Região – revelou que os Açores estão a afastar-se da média nacional em relação aos resultados obtidos nas áreas de ciências, matemática e de leitura. Na sequência destes dados, que medidas decidiu implementar o Governo Regional? O que é que decidiu fazer? É possível detalhar as medidas que pretende implementar? Ou, pelo contrário, decidiu não fazer nada?
7. A melhoria e incremento de meios do sistema de formação de professores constitui uma área de melhoria que o próprio Governo Regional contemplou no Programa de Governo. Peço-lhe, Sr. Secretário da Educação e Cultura, que detalhe as melhorias que preconiza nesta área. Qual é o seu compromisso nesta matéria?
8. Os sistemas e programas informáticos que servem os sistemas de gestão e administração escolar das unidades orgânicas e a Direção Regional de Educação estão, com grande frequência,



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

desativados ou de tal forma comprometidos do ponto de vista operacional que não é recomendável utilizá-los. Esta situação está a causar graves constrangimentos às escolas. O que é que se passa? Quais são as razões que explicam estes problemas? Que medidas de melhoria implementou o Sr. Secretário da Educação e Cultura neste âmbito? Que garantias pode dar a esta Câmara e às escolas nesta matéria?

9. O Governo Regional está disponível para promover uma grande avaliação externa independente ao sistema educativo regional? Uma avaliação que identifique os pontos fortes e também as fragilidades e áreas de melhoria significativa do nosso sistema educativo? Considero que essa avaliação é fundamental para imprimir um sentido reformista ao nosso sistema educativo.
10. Finalmente, uma temática que valorizo muito. Que passos concretos foram efetivamente dados para melhorar a integração e a colaboração entre as escolas e os centros de desenvolvimento e inclusão social?

Tenho, obviamente, mais questões para colocar ao Governo Regional. É precisamente isso que irei fazer nas próximas intervenções que me proponho realizar ao longo deste debate.

Horta, Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2017

O Deputado do PPM,
Paulo Estêvão